

A – Estatísticas judiciais do Tribunal de Justiça

Actividade geral do Tribunal de Justiça

1. Processos findos, entrados, pendentes (2000-2005)

Processos findos

2. Tipos de processos (2000-2005)
3. Acórdãos, despachos, pareceres (2005)
4. Formação de julgamento (2005)
5. Objecto dos processos (2005)
6. Processos de medidas provisórias: sentido da decisão (2005)
7. Acções por incumprimento de Estado: sentido da decisão (2005)
8. Duração dos processos (2000-2005)

Processos entrados

9. Tipos de processos (2000-2005)
10. Acções e recursos directos – Tipos de acções e recursos (2005)
11. Objecto dos processos (2005)
12. Acções por incumprimento de Estado (2000-2005)
13. Tramitação acelerada (2000-2005)

Processos pendentes em 31 de Dezembro

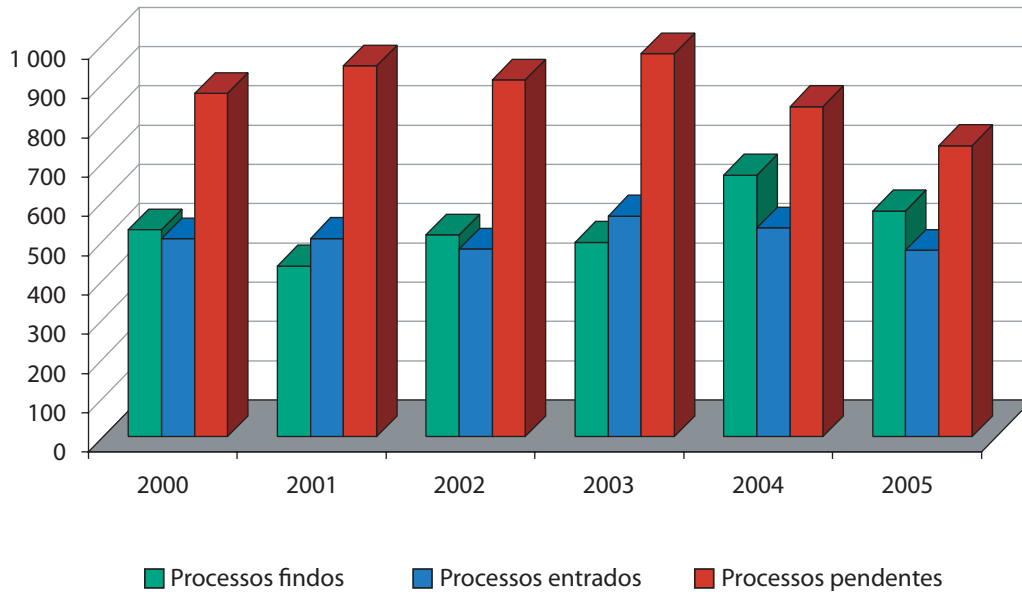
14. Tipos de processos (2000-2005)
15. Formação de julgamento (2005)

Evolução geral da actividade judicial (1952-2005)

16. Processos entrados e acórdãos
17. Questões prejudiciais entradas (por Estado-Membro e por ano)
18. Questões prejudiciais entradas (por Estado-Membro e por órgão jurisdicional nacional)
19. Acções por incumprimento de Estado entradas

Actividade geral do Tribunal de Justiça

1. Processos findos, entrados, pendentes (2000-2005) ¹

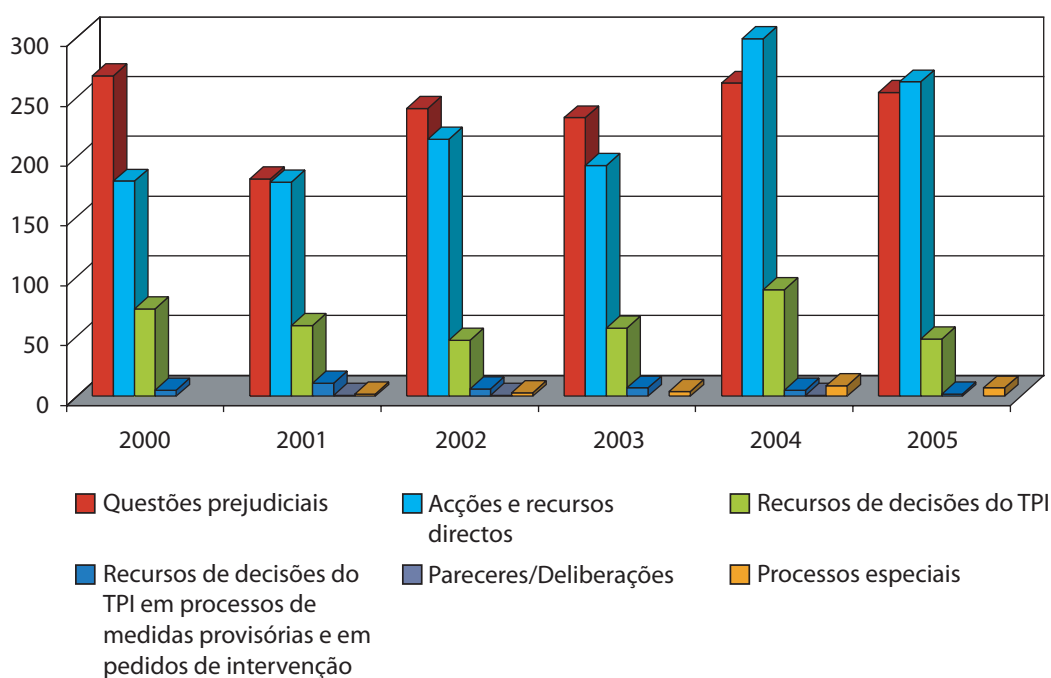


	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Processos findos	526	434	513	494	665	574
Processos entrados	503	504	477	561	531	474
Processos pendentes	873	943	907	974	840	740

¹ Os números referidos (números brutos) representam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

Processos findos

2. Tipos de processos (2000-2005) ^{1 2}

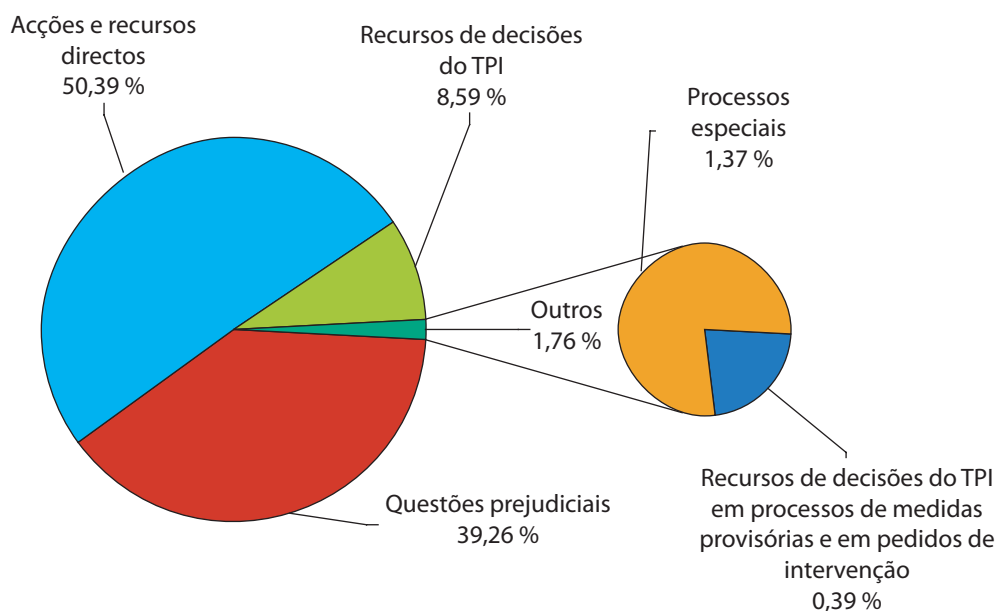


	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Questões prejudiciais	268	182	241	233	262	254
Acções e recursos directos	180	179	215	193	299	263
Recursos de decisões do TPI	73	59	47	57	89	48
Recursos de decisões do TPI em processos de medidas provisórias e em pedidos de intervenção	5	11	6	7	5	2
Pareceres/Deliberações		1	1		1	
Processos especiais		2	3	4	9	7
Total	526	434	513	494	665	574

¹ Os números referidos (números brutos) representam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

² Consideram-se «processos especiais»: fixação das despesas (artigo 74.º do Regulamento de Processo); assistência judiciária (artigo 76.º do Regulamento de Processo); oposição a um acórdão (artigo 94.º do Regulamento de Processo); oposição de terceiros (artigo 97.º do Regulamento de Processo); interpretação de um acórdão (artigo 102.º do Regulamento de Processo); revisão de um acórdão (artigo 98.º do Regulamento de Processo); rectificação de um acórdão (artigo 66.º do Regulamento de Processo); penhora (Protocolo relativo aos Privilégios e Imunidades); processos em matéria de imunidades (Protocolo relativo aos Privilégios e Imunidades).

3. Processos findos – Acórdãos, despachos e pareceres (2005) ¹



	Acórdãos	Despachos com carácter jurisdicional ²	Despachos de medidas provisórias ³	Outros despachos ⁴	Pareceres	Total
Questões prejudiciais	164	19		18		201
Acções e recursos directos	177		1	80		258
Recursos de decisões do TPI	21	19	3	1		44
Recursos de decisões do TPI em processos de medidas provisórias e em pedidos de intervenção			2			2
Pareceres/Deliberações						
Processos especiais		1		6		7
Total	362	39	6	105	0	512

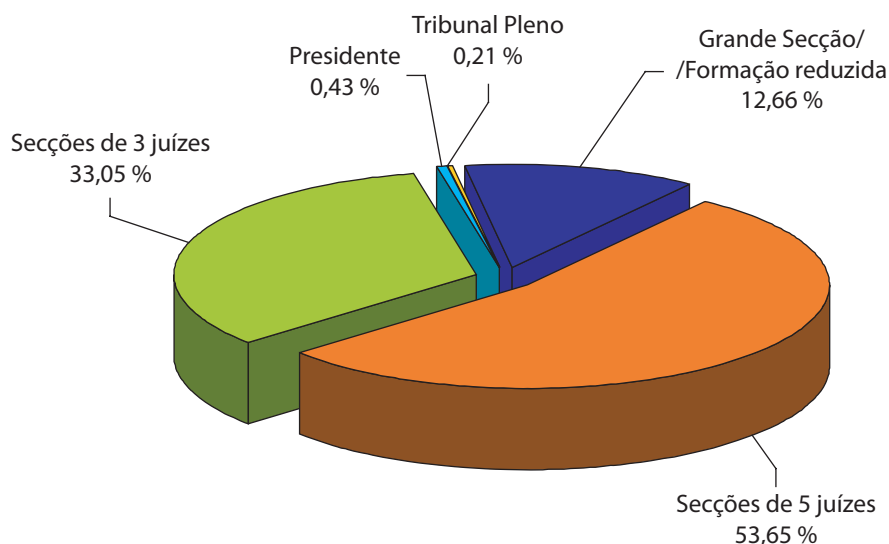
¹ Os números referidos (números líquidos) representam o número de processos tendo em conta as apensações por conexão (uma série de processos apensos = um processo).

² Despachos com carácter jurisdicional que põem termo à instância (inadmissibilidade, inadmissibilidade manifesta...).

³ Despachos proferidos na sequência de um pedido baseado nos artigos 185.º ou 186.º do Tratado CE (actuais artigos 242.º CE e 243.º CE), no artigo 187.º do Tratado CE (actual artigo 244.º CE) ou nas disposições correspondentes dos Tratados EA e CA, ou ainda na sequência de um recurso contra um despacho do TPI em processos de medidas provisórias ou em pedidos de intervenção.

⁴ Despachos que põem termo à instância por cancelamento, não conhecimento do mérito ou remessa ao TPI.

4. Processos findos – Formação de julgamento (2005) ¹



	Acórdãos/ /Pareceres	Despachos ²	Total
Tribunal Pleno	1		1
Grande Secção / Formação reduzida	59		59
Secções de 5 juizes	245	5	250
Secções de 3 juizes	103	51	154
Presidente		2	2
Total	408	58	466

¹ Os números referidos (números brutos) representam o número total de processos independentemente das apenações por conexão (um número de processo = um processo).

² Com carácter jurisdicional, que põem termo à instância (com exclusão dos despachos que põem termo à instância por cancelamento, não conhecimento do mérito ou remessa ao TPI).

5. Processos findos – Objecto dos processos (2005) ¹

	Acórdãos/ /Pareceres	Despachos ²	Total
Adesão de novos Estados	1		1
Agricultura	41	22	63
Ambiente e consumidores	42	2	44
Aproximação das legislações	38	3	41
Associação dos países e territórios ultramarinos	2		2
Auxílios de Estado	22	1	23
Cidadania europeia	2		2
Concorrência	14	3	17
Convenção de Bruxelas	8		8
Direito das sociedades	24		24
Direito institucional	10	6	16
Energia	3		3
Espaço de liberdade, de segurança e de justiça	5		5
Fiscalidade	34		34
Liberdade de estabelecimento	4	1	5
Livre circulação de capitais	5		5
Livre circulação de mercadorias	9	2	11
Livre circulação de pessoas	15	2	17
Livre prestação de serviços	9	2	11
Pauta aduaneira comum	5	2	7
Política comercial	4		4
Política das pescas	11		11
Política industrial	11		11
Política regional	5		5
Política social	26	3	29
Princípios de direito comunitário	1	1	2
Privilégios e Imunidades	1		1
Propriedade intelectual	3	2	5
Recursos próprios das Comunidades	2		2
Relações externas	7	1	8
Segurança social dos trabalhadores migrantes	10		10
Transportes	16		16
União aduaneira	8	1	9
Tratado CE	398	54	452
Tratado UE	3		3
Tratado CA	3		3
Tratado EA	1		1
Privilégios e Imunidades			
Processo		1	1
Estatuto dos Funcionários	3	3	6
Diversos	3	4	7
TOTAL GERAL	408	58	466

¹ Os números referidos (números brutos) representam o número total de processos independentemente das apenações por conexão (um número de processo = um processo).

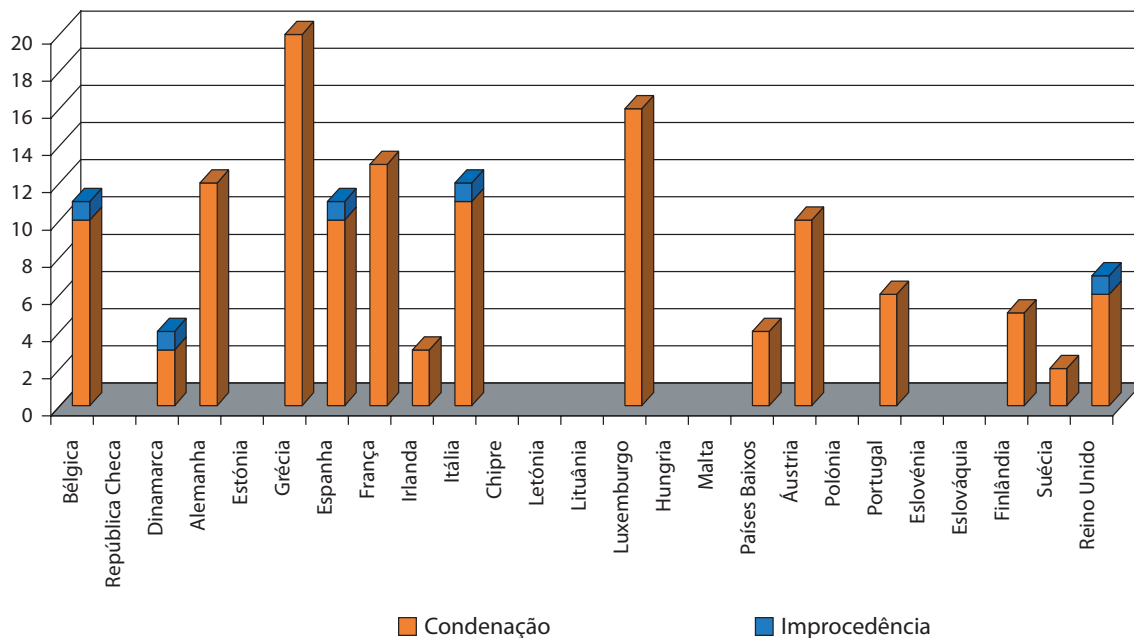
² Com carácter jurisdicional, que põem termo à instância (com exclusão dos despachos que põem termo à instância por cancelamento, não conhecimento do mérito ou remessa ao TPI)

6. Processos findos – Processos de medidas provisórias: sentido da decisão (2005) ¹

	Número de processos de medidas provisórias	Número de recursos de decisões em processos de medidas provisórias e em pedidos de intervenção	Sentido da decisão	
			Indeferimento//Confirmação da decisão impugnada	Deferimento//Anulação da decisão impugnada
Agricultura	2		2	
Ambiente e consumidores	1	1	2	
Auxílios de Estado	1		1	
Direito institucional		1	1	
Total Tratado CE	4	2	6	
Tratado EA				
Diversos				
TOTAL GERAL	4	2	6	

¹ Os números referidos (números líquidos) representam o número de processos tendo em conta as apensações por conexão (uma série de processos apensos = um processo).

7. Processos findos – Acções por incumprimento de Estado: sentido da decisão (2005) ¹

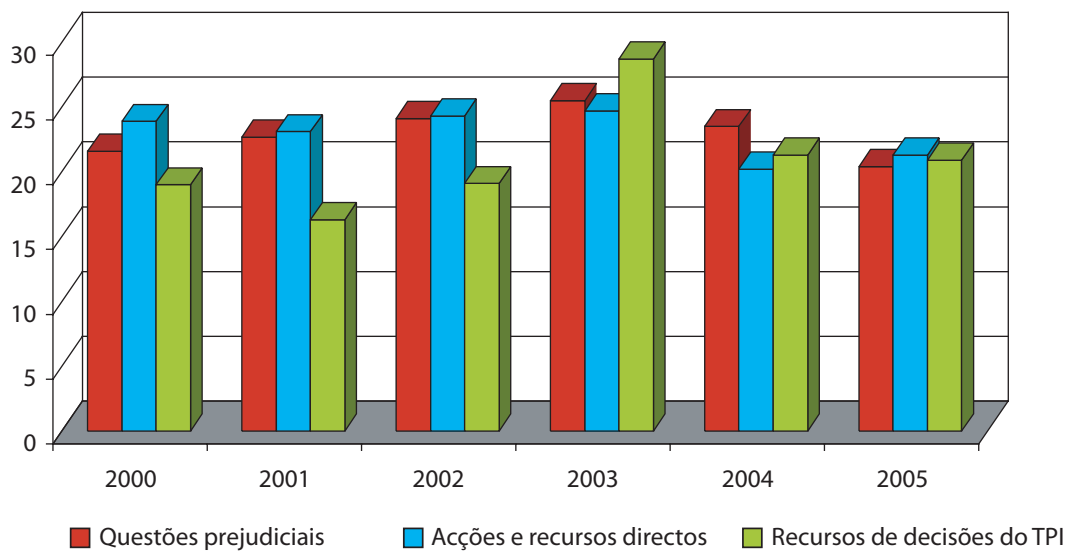


	Condenação	Improcedência	Total
Bélgica	10	1	11
República Checa			
Dinamarca	3	1	4
Alemanha	12		12
Estónia			
Grécia	20		20
Espanha	10	1	11
França	13		13
Irlanda	3		3
Itália	11	1	12
Chipre			
Letónia			
Lituânia			
Luxemburgo	16		16
Hungria			
Malta			
Países Baixos	4		4
Áustria	10		10
Polónia			
Portugal	6		6
Eslovénia			
Eslováquia			
Finlândia	5		5
Suécia	2		2
Reino Unido	6	1	7
Total	131	5	136

¹ Os números referidos (números líquidos) representam o número de processos tendo em conta as apensações por conexão (uma série de processos apensos = um processo).

8. Processos findos – Duração dos processos (2000-2005) ¹

(acórdãos e despachos com carácter jurisdicional) ²



	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Questões prejudiciais	21,6	22,7	24,1	25,5	23,5	20,4
Acções e recursos directos	23,9	23,1	24,3	24,7	20,2	21,3
Recursos de decisões do TPI	19	16,3	19,1	28,7	21,3	20,9

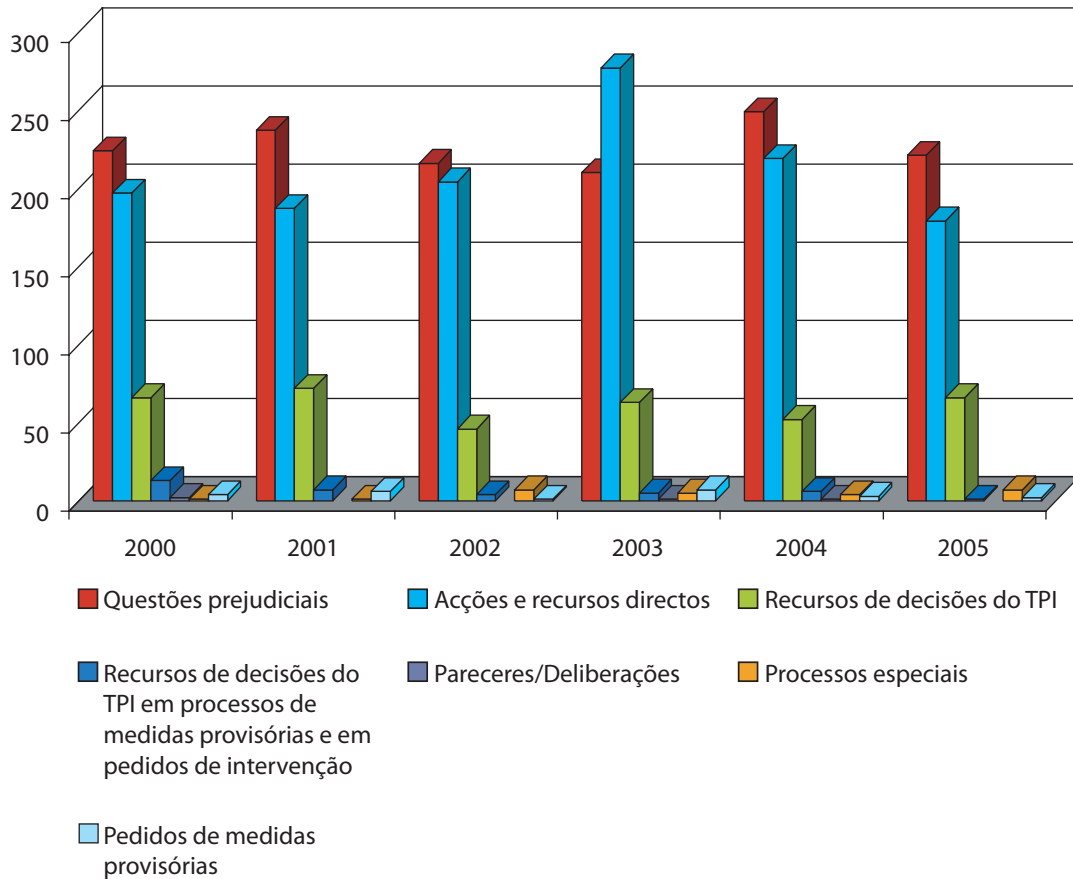
¹ Estão excluídos dos cálculos sobre a duração dos processos: os processos em que foi proferido um acórdão interlocutório ou ordenada uma diligência de instrução; os pareceres e deliberações; os processos especiais (a saber: fixação das despesas, assistência judiciária, oposição a um acórdão, oposição de terceiros, interpretação de um acórdão, revisão de um acórdão, rectificação de um acórdão, processo de penhora e processos em matéria de imunidades); os processos que terminam por despacho de cancelamento, não conhecimento do mérito, remessa ou transferência para o Tribunal de Primeira Instância; os processos de medidas provisórias bem como os recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância em processos de medidas provisórias e em pedidos de intervenção.

A duração é expressa em meses e décimos de mês.

² Não inclui os despachos que põem termo à instância por cancelamento, não conhecimento do mérito ou remessa ao Tribunal de Primeira Instância.

Processos entrados

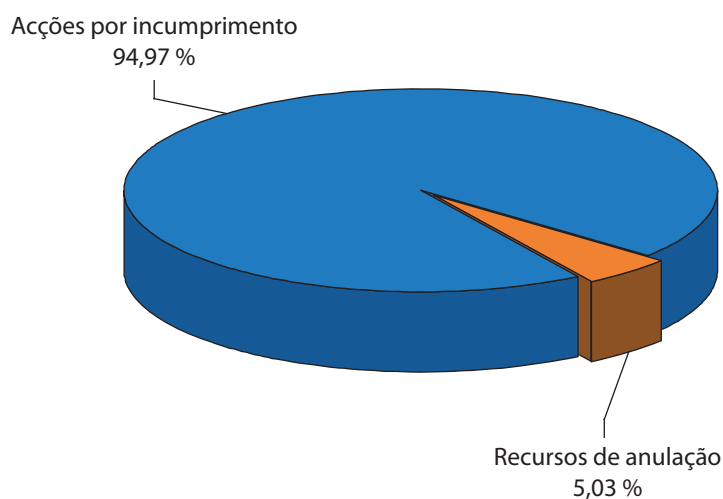
9. Tipos de processos (2000-2005) ¹



	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Questões prejudiciais	224	237	216	210	249	221
Acções e recursos directos	197	187	204	277	219	179
Recursos de decisões do TPI	66	72	46	63	52	66
Recursos de decisões do TPI em processos de medidas provisórias e em pedidos de intervenção	13	7	4	5	6	1
Pareceres/Deliberações	2			1	1	
Processos especiais	1	1	7	5	4	7
Total	503	504	477	561	531	474
Pedidos de medidas provisórias	4	6	1	7	3	2

¹ Os números referidos (números brutos) representam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

10. Processos entrados – Acções e recursos directos – Tipos de acções e recursos (2005) ¹



Recursos de anulação	9
Acções por omissão	
Acções de indemnização	
Acções por incumprimento	170
Total	179

¹ Os números referidos (números brutos) representam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

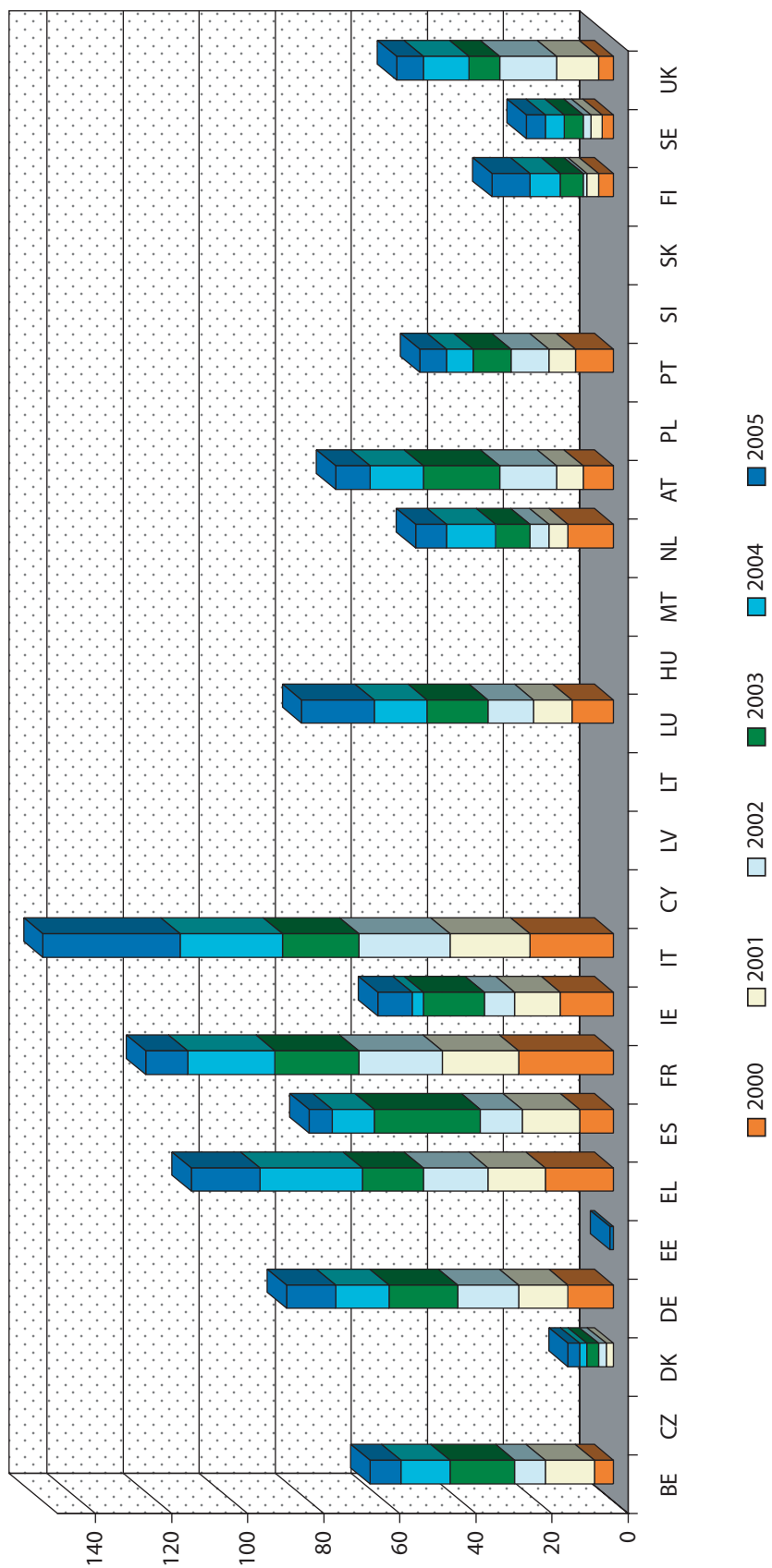
11. Processos entrados ¹ – Objecto dos processos (2005) ²

	Acções e recursos directos	Questões prejudiciais	Recursos de decisões do TPI	Recursos de decisões do TPI em processos de medidas provisórias e em pedidos de intervenção	Total	Processos especiais
Agricultura	4	27	4		35	
Ambiente e consumidores	38	8	4	1	51	
Aproximação das legislações	9	17	1		27	
Auxílios de Estado	3	1	5		9	
Cidadania europeia	1	1			2	
Concorrência	1	7	2		10	
Convenção de Bruxelas		2			2	
Direito das sociedades	9	3			12	
Direito institucional	2		8		10	
Energia	9				9	
Espaço de liberdade, de segurança e de justiça	2	4			6	
Fiscalidade	9	40			49	
Justiça e assuntos internos		1	1		2	
Liberdade de estabelecimento	7	14			21	
Livre circulação de capitais	2	7	1		10	
Livre circulação de mercadorias	8	5			13	
Livre circulação de pessoas	8	16	1		25	
Livre prestação de serviços	5	6	1		12	
Pauta aduaneira comum		5			5	
Política comercial		2			2	
Política das pescas	6				6	
Política económica e monetária	1	1			2	
Política externa e de segurança comum	1		2		3	
Política industrial	6	2			8	
Política regional		2			2	
Política social	17	15	4		36	
Princípios de direito comunitário		2			2	
Privilégios e Imunidades		1			1	
Propriedade intelectual	6	3	15		24	
Recursos próprios das Comunidades	7				7	
Relações externas	2	7	1		10	
Segurança social dos trabalhadores migrantes	2	10			12	
Transportes	13	1			14	
União aduaneira		5	4		9	
Tratado CE	178	215	54	1	448	
Tratado UE	1	5			6	
Tratado CA		1			1	
Privilégios e Imunidades						5
Processo			1		1	2
Estatuto dos Funcionários			11		11	
Diversos			12		12	7
TOTAL GERAL	179	221	66	1	467	7

¹ Fora os processos de medidas provisórias.

² Os números referidos (números brutos) representam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

12. Processos entrados – Acções por incumprimento de Estado (2000-2005) ¹



	BE	CZ	DK	DE	EE	EL	ES	FR	IE	IT	CY	LV	LT	LU	HU	MT	NL	AT	PL	PT	SI	SK	FI	SE	UK	Total ²
2000	5			12		18	9	25	14	22				11			12	8		10			4	3	4	157
2001	13		2	13		15	15	20	12	21				10			5	7		7			3	3	11	157
2002	8		2	16		17	11	22	8	24				12			5	15		10			1	2	15	168
2003	17		3	18		16	28	22	16	20				16			9	20		10			6	5	8	214
2004	13		2	14		27	11	23	3	27				14			13	14		7			8	5	12	193
2005	8		3	13	1	18	6	11	9	36				19			8	9		7			10	5	7	170

¹ Os números referidos (números brutos) representam o número total de processos independentemente das apensões por conexão (um número de processo = um processo).

Artigos 93.º, 169.º, 170.º, 171.º, 225.º do Tratado CE (actuais artigos 88.º CE, 226.º CE, 227.º CE, 228.º CE e 298.º CE), artigos 141.º EA, 142.º EA, 143.º EA e artigo 88.º CA.

² Houve uma acção com base no artigo 170.º do Tratado CE (actual artigo 227.º CE).

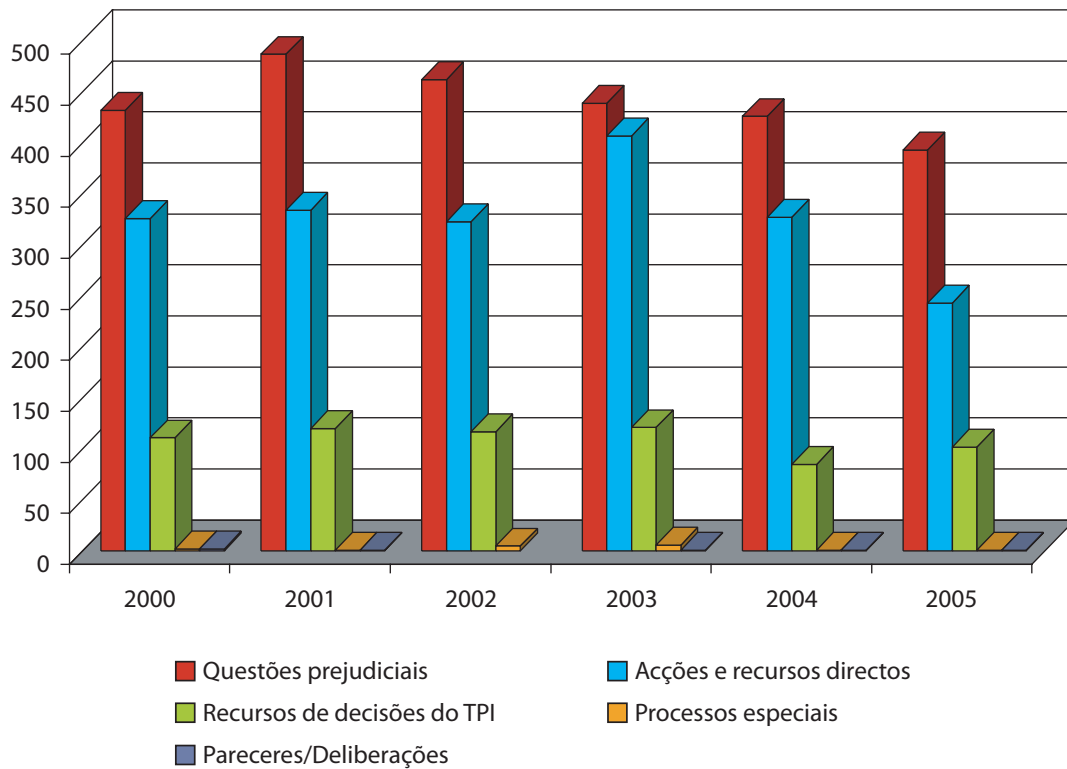
13. Processos entrados – Tramitação acelerada (2000-2005) ¹

	2000		2001		2002		2003		2004		2005		Total
	Recebidos	Arquivados	Recebidos	Arquivados	Recebidos	Arquivados	Recebidos	Arquivados	Recebidos	Arquivados	Recebidos	Arquivados	
Acções e recursos directos					1	3	1	2					7
Questões prejudiciais	1	1	5	1	3	10	5						26
Recursos de decisões do TPI			2		1	1							4
Pareceres								1					1
Total	1	1	7	2	1	7	1	13	5	38			

¹ O tratamento acelerado de um processo no Tribunal de Justiça é possível nos termos dos artigos 62.º-A, 104.º-A e 118.º do Regulamento de Processo, que entrou em vigor em 1 de Julho de 2000.

Processos pendentes em 31 de Dezembro

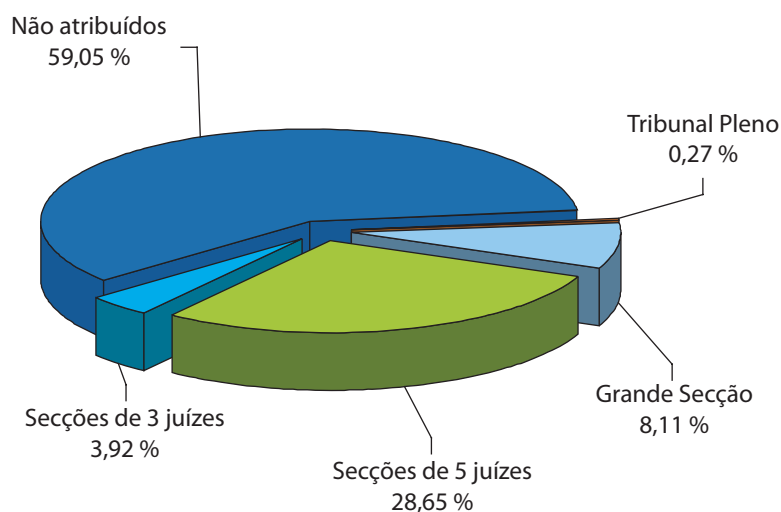
14. Tipos de processos (2000-2005) ¹



	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Questões prejudiciais	432	487	462	439	426	393
Acções e recursos directos	326	334	323	407	327	243
Recursos de decisões do TPI	111	120	117	121	85	102
Processos especiais	2	1	5	6	1	1
Pareceres/Deliberações	2	1		1	1	1
Total	873	943	907	974	840	740

¹ Os números referidos (números brutos) representam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

15. Processos pendentes em 31 de Dezembro – Formação de julgamento (2005) ¹



	Acções e recursos directos	Questões prejudiciais	Recursos de decisões do TPI	Outros processos	Total
Não atribuídos	170	199	68		437
Tribunal Pleno	1			1	2
Grande Secção	14	43	3		60
Secções de 5 juizes	42	142	28		212
Secções de 3 juizes	16	9	3	1	29
Presidente					
Total	243	393	102	2	740

¹ Os números referidos (números brutos) representam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

Evolução geral da actividade judicial (1952-2005)**16. Processos entrados e acórdãos**

Anos	Processos entrados ¹					Acórdãos ²
	Acções e recursos directos ³	Questões prejudiciais	Recursos de decisões do TPI	Recursos de decisões do TPI em processos de medidas provisórias e em pedidos de intervenção	Total	
1953	4				4	
1954	10				10	2
1955	9				9	2
1956	11				11	2
1957	19				19	2
1958	43				43	10
1959	47				47	5
1960	23				23	2
1961	25	1			26	1
1962	30	5			35	2
1963	99	6			105	7
1964	49	6			55	4
1965	55	7			62	4
1966	30	1			31	2
1967	14	23			37	
1968	24	9			33	1
1969	60	17			77	2
1970	47	32			79	
1971	59	37			96	1
1972	42	40			82	2
1973	131	61			192	6
1974	63	39			102	8
1975	62	69			131	5
1976	52	75			127	6
1977	74	84			158	6
1978	147	123			270	7
1979	1 218	106			1 324	6
1980	180	99			279	14
1981	214	108			322	17

>>>

Anos	Processos entrados ¹					Acórdãos ²	
	Acções e recursos directos ³	Questões prejudiciais	Recursos de decisões do TPI	Recursos de decisões do TPI em processos de medidas provisórias e em pedidos de intervenção	Total		Pedidos de medidas provisórias
1982	217	129			346	16	185
1983	199	98			297	11	151
1984	183	129			312	17	165
1985	294	139			433	23	211
1986	238	91			329	23	174
1987	251	144			395	21	208
1988	193	179			372	17	238
1989	244	139			383	19	188
1990 ⁴	221	141	15	1	378	12	193
1991	142	186	13	1	342	9	204
1992	253	162	24	1	440	5	210
1993	265	204	17		486	13	203
1994	128	203	12	1	344	4	188
1995	109	251	46	2	408	3	172
1996	132	256	25	3	416	4	193
1997	169	239	30	5	443	1	242
1998	147	264	66	4	481	2	254
1999	214	255	68	4	541	4	235
2000	199	224	66	13	502	4	273
2001	187	237	72	7	503	6	244
2002	204	216	46	4	470	1	269
2003	278	210	63	5	556	7	308
2004	220	249	52	6	527	3	375
2005	179	221	66	1	467	2	362
Total	7 707	5 514	681	58	13 960	341	6 827

¹ Números brutos; processos especiais excluídos.

² Números líquidos.

³ Pareceres incluídos.

⁴ Desde 1990, os recursos de funcionários são interpostos no Tribunal de Primeira Instância.

17. Evolução geral da actividade judicial (1952-2005) –

Questões prejudiciais entradas (por Estado-Membro e por ano) ¹

	BE	CZ	DK	DE	EE	EL	ES	FR	IE	IT	CY	LV	LT	LU	HU	MT	NL	AT	PL	PT	SI	SK	FI	SE	UK	Benelux ²	Total
1961																	1										1
1962																	5										5
1963														1			5										6
1964								2									4										6
1965				4			2										1										7
1966																	1										1
1967	5			11			3							1			3										23
1968	1			4			1	1									2										9
1969	4			11			1							1													17
1970	4			21			2	2									3										32
1971	1			18			6	5						1			6										37
1972	5			20			1	4									10										40
1973	8			37			4	5						1			6										61
1974	5			15			6	5									7							1			39
1975	7		1	26			15	14						1			4							1			69
1976	11			28			8	12									14							1			75
1977	16		1	30			14	7									9							5			84
1978	7		3	46			12	11									38							5			123
1979	13		1	33			18	19						1			11							8			106
1980	14		2	24			14	3	19								17							6			99
1981	12		1	41			17	11						4			17							5			108
1982	10		1	36			39	18									21							4			129

>>>

	BE	CZ	DK	DE	EE	EL	ES	FR	IE	IT	CY	LV	LT	LU	HU	MT	NL	AT	PL	PT	SI	SK	FI	SE	UK	Benelux ²	Total
1983	9		4	36				15	2	7							19								6		98
1984	13		2	38				34	1	10							22								9		129
1985	13			40				45	2	11				6			14								8		139
1986	13		4	18		2	1	19	4	5				1			16								8		91
1987	15		5	32		17	1	36	2	5				3			19								9		144
1988	30		4	34			1	38		28				2			26								16		179
1989	13		2	47		2	2	28	1	10				1			18			1					14		139
1990	17		5	34		2	6	21	4	25				4			9			2					12		141
1991	19		2	54		3	5	29	2	36				2			17			3					14		186
1992	16		3	62		1	5	15		22				1			18			1					18		162
1993	22		7	57		5	7	22	1	24				1			43			3					12		204
1994	19		4	44				13	36	2	46			1			13			1					24		203
1995	14		8	51		10	10	43	3	58				2			19	2		5				6	20		251
1996	30		4	66		4	6	24		70				2			10	6		6			3	4	21		256
1997	19		7	46		2	9	10	1	50				3			24	35		2			6	7	18		239
1998	12		7	49		5	55	16	3	39				2			21	16		7			2	6	24		264
1999	13		3	49		3	4	17	2	43				4			23	56		7			4	5	22		255
2000	15		3	47		3	5	12	2	50							12	31		8			5	4	26	1	224
2001	10		5	53		4	4	15	1	40				2			14	57		4			3	4	21		237
2002	18		8	59		7	3	8		37				4			12	31		3			7	5	14		216
2003	18		3	43		4	8	9	2	45				4			28	15		1			4	4	22		210
2004	24		4	50		18	8	21	1	48				1	2		28	12		1			4	5	22		249
2005	21		1	4	51		11	10	17	2	18			2	3		36	15		2			4	11	12		221
Total	516	1	108	1465		103	163	693	47	862				59	5		646	276	1	57			42	61	408		1 5 514

¹ Artigos 177.º do Tratado CE (actual artigo 234.º CE), 35.º, n.º 1, UE, 41.º CA, 150.º EA, Protocolo 1971.

² Processo C-265/00, Campina Melkunie.

18. Evolução geral da actividade judicial (1952-2005) – Questões prejudiciais entradas (por Estado-Membro e por órgão jurisdicional nacional)

			Total
Bélgica	Cour de cassation	68	
	Cour d'arbitrage	4	
	Conseil d'État	35	
	Outros órgãos jurisdicionais	409	516
República Checa	Nejvyššího soudu		
	Nejvyšší správní soud		
	Ústavní soud		
	Outros órgãos jurisdicionais	1	1
Dinamarca	Højesteret	19	
	Outros órgãos jurisdicionais	89	108
Alemanha	Bundesgerichtshof	98	
	Bundesverwaltungsgericht	67	
	Bundesfinanzhof	226	
	Bundesarbeitsgericht	16	
	Bundessozialgericht	72	
	Staatsgerichtshof des Landes Hessen	1	
	Outros órgãos jurisdicionais	985	1 465
Estónia	Riigikohus		
	Outros órgãos jurisdicionais		
Grécia	Άρειος Πάγος	9	
	Συμβούλιο της Επικρατείας	25	
	Outros órgãos jurisdicionais	69	103
Espanha	Tribunal Supremo	15	
	Audiencia Nacional	1	
	Juzgado Central de lo Penal	7	
	Outros órgãos jurisdicionais	140	163
França	Cour de cassation	72	
	Conseil d'État	33	
	Outros órgãos jurisdicionais	588	693
Irlanda	Supreme Court	15	
	High Court	15	
	Outros órgãos jurisdicionais	17	47
Itália	Corte suprema di Cassazione	83	
	Consiglio di Stato	51	
	Outros órgãos jurisdicionais	728	862

>>>

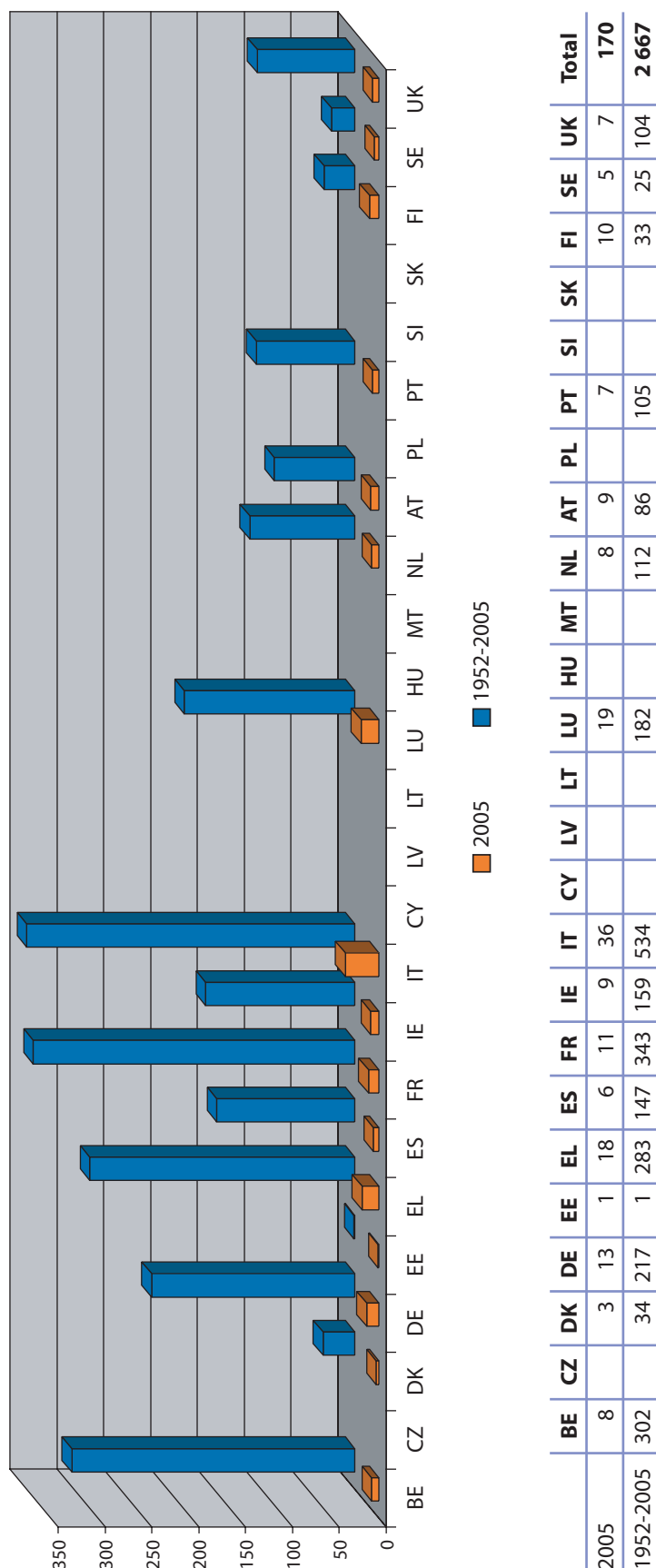
			Total
Chipre	Ανώτατο Δικαστήριο Outros órgãos jurisdicionais		
Letónia	Augstākā tiesa Satversmes tiesa Outros órgãos jurisdicionais		
Lituânia	Konstitucinis Teismas Lietuvos Aukščiausiasis Teismas Vyriausiasis administracinis Teismas Outros órgãos jurisdicionais		
Luxemburgo	Cour supérieure de justice Conseil d'État Cour administrative Outros órgãos jurisdicionais	10 13 6 30	59
Hungria	Legfelsőbb Bíróság Outros órgãos jurisdicionais	5	5
Malta	Qorti Kostituzzjonali Qorti ta' l-Appel Outros órgãos jurisdicionais		
Países Baixos	Raad van State Hoge Raad der Nederlanden Centrale Raad van Beroep College van Beroep voor het Bedrijfsleven Tariefcommissie Outros órgãos jurisdicionais	47 139 44 130 34 252	646
Áustria	Verfassungsgerichtshof Oberster Gerichtshof Oberster Patent- und Markensenat Bundesvergabeamt Verwaltungsgerichtshof Vergabekontrollsenat Outros órgãos jurisdicionais	4 58 1 23 45 3 142	276
Polónia	Sąd Najwyższy Naczelny Sąd Administracyjny Trybunał Konstytucyjny Outros órgãos jurisdicionais	1	1

>>>

			Total
Portugal	Supremo Tribunal de Justiça	1	
	Supremo Tribunal Administrativo	32	
	Outros órgãos jurisdicionais	24	57
Eslovénia	Vrhovno sodišče		
	Ustavno sodišče		
	Outros órgãos jurisdicionais		
Eslováquia	Ústavný Súd		
	Najvyšší súd		
	Outros órgãos jurisdicionais		
Finlândia	Korkein hallinto-oikeus	14	
	Korkein oikeus	7	
	Outros órgãos jurisdicionais	21	42
Suécia	Högsta Domstolen	7	
	Marknadsdomstolen	3	
	Regeringsrätten	18	
	Outros órgãos jurisdicionais	33	61
Reino Unido	House of Lords	33	
	Court of Appeal	34	
	Outros órgãos jurisdicionais	341	408
Benelux	Cour de justice/Gerechtshof ¹	1	1
Total			5 514

¹ Processo C-265/00, Campina Melkunie.

19. Evolução geral da actividade judicial (1952-2005) – Acções por incumprimento de Estado entradas ¹



Entre as acções intentadas contra a Espanha, figura uma acção com base no artigo 170.º do Tratado CE (actual artigo 227.º CE), intentada pela Bélgica.

Entre as acções intentadas contra a França, figura uma acção com base no artigo 170.º do Tratado CE (actual artigo 227.º CE), intentada pela Irlanda.

Entre os processos apresentados contra o Reino Unido, incluem-se três acções com base no artigo 170.º do Tratado CE (actual 227.º CE), das quais uma intentada pela França e duas pela Espanha.

¹ Artigos 93.º, 169.º, 170.º, 171.º, 225.º do Tratado CE (actuais artigos 88.º CE, 226.º CE, 227.º CE, 228.º CE e 298.º CE), artigos 141.º EA, 142.º EA, 143.º EA e artigo 88.º CA.